



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Resolução nº 12/2006:

Nomeando Haícha Cláudia Correia da Fonseca Pereira Vera-Cruz, licenciada em Relações Internacionais, para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Secretária do Conselho de Ministros.

Resolução nº 13/2006:

Nomeando Eduardo Alberto Gomes Rodrigues, Juiz Desembargador, aposentado, para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Director do Centro Jurídico da Chefia do Governo.

Ministério das Infraestruturas, Transportes e Mar:

Direcção de Serviço de Administração.

Ministério da Saúde:

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração.

Ministério da Administração Interna:

Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão.

Comando-Geral da Polícia de Ordem Pública.

Ministério do Ambiente e Agricultura:

Alvará nº 12/2006:

Galarandoando, com a Menção Honrosa do 2º Grau, a Empresa GUANG DONG YUAN DA WATER CONSERVANCY AND HIDRO – POWER GROUP CO., LTD.

Ministério da Educação e Ensino Superior:

Direcção de Recursos Humanos.

Ministério das Finanças e Administração Pública:

Direcção de Administração.

Município da Boa Vista:

Câmara Municipal.

Município da Praia:

Câmara Municipal.

Município da Ribeira Brava:

Câmara Municipal.

Município da Ribeira Grande:

Câmara Municipal.

Município de São Vicente:

Câmara Municipal.

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução nº 12/2006

de 31 de Maio

Nos termos do nº 2 do artigo 26º do Decreto-Lei nº 5/2006 de 16 de Janeiro, que aprova a lei Orgânica da Chefia do Governo e no uso da Faculdade conferida pelo nº 2 do artigo 260º da Constituição da República, o Governo aprova a seguinte resolução:

Artigo Único

Nomeação

É nomeada Haícha Cláudia Correia da Fonseca Pereira Vera-Cruz, licenciada em Relações Internacionais, para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Secretária do Conselho de Ministros, com efeitos a partir de 8 de Março de 2006.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves

Publique-se

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves***Resolução nº 13/2006**

de 31 de Maio

Nos termos do nº 3 do Decreto-Lei nº 5/2006, de 16 de Janeiro que aprova a Lei Orgânica da Chefia do Governo e no uso da Faculdade conferida pelo nº 2 do artigo 260º da Constituição da República, o Governo aprova a seguinte resolução:

Artigo Único

Nomeação

É nomeado Eduardo Alberto Gomes Rodrigues, Juiz Desembargador, aposentado, para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Director do Centro Jurídico da Chefia do Governo, com efeitos a partir de 8 de Março de 2006.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves

Publique-se

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

—oço—

MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS,
TRANSPORTES E MAR

Direcção de Serviço de Administração

Despacho de S. Exª o Ministro de Estado das Infraestruturas,
Transportes e Mar:

De 15 de Maio de 2006:

Isolina Lopes Tavares, assistente administrativo, referência 6, escalão C, do quadro da Capitânia dos Portos de Sotavento da Direcção-Geral da Marinha e Portos do Ministério das Infraestruturas, Transportes e Mar, exonerada a seu pedido, ao abrigo do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 28º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 26 de Abril do corrente ano.

Direcção dos Serviços de Administração do Ministério das Infraestruturas, Transportes e Mar, na Praia, aos 18 de Maio de 2006. — A Directora de Serviço, *Maria de Lurdes Vieira Pinto Almeida*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral dos Recursos Humanos
e Administração

Despacho de S. Exª o ex-Ministro Saúde:

De 4 de Outubro de 1999:

Juvenal Pinhal Évora, ex-trabalhador da extinta Junta Autónoma dos Portos, homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 23 de Setembro de 1999, que é do seguinte teor:

«Que o examinada se encontra definitivamente incapacitado para o exercício de qualquer actividade profissional».

Despachos de S. Exª o Ministro de Estado e da Saúde:

De 28 de Março de 2005:

Aníbal Gonçalves, ex-trabalhador da extinta Junta Autónoma dos Portos, homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 17 de Março de 2005, que é do seguinte teor:

«Que o examinada se encontra definitivamente incapacitado para o exercício de qualquer actividade profissional».

De 21 de Dezembro:

Fidel Monteiro dos Reis Tavares, licenciada em Psicologia, nomeado para provisoriamente exercer o cargo de técnico superior, referência 13, escalão A, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com alínea a) do nº 1 do artigo 28º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho.

Íris Vasconcelos Matos, licenciada em Ciências Biológicas, nomeada para provisoriamente exercer o cargo de técnico superior, referência 13, escalão A, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com alínea a) do nº 1 do artigo 28º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho.

De 27:

Suzete Moniz Gomes da Costa, licenciada em Medicina, nomeada por urgente conveniência de serviço, para provisoriamente exercer o cargo de Médico Geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o nº 1 do artigo 26º da Lei nº 148/IV/95, de 7 de Novembro, e artigo 8º alínea a) do Decreto-Lei nº 46/89, de 29 de Junho, com efeitos a partir da data do despacho.

Paula Cristina Brito Fortes, licenciada em Medicina, nomeada por urgente conveniência de serviço, para provisoriamente exercer o cargo de Médico Geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o nº 1 do artigo 26º da Lei nº 148/IV/95, de 7 de Novembro, e artigo 8º alínea a) do Decreto-Lei nº 46/89, de 29 de Junho, com efeitos a partir da data do despacho.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 16 de Maio de 2006).

Elísio Humberto Silva, licenciado em Medicina, nomeado para provisoriamente exercer o cargo de Médico Geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 148/IV/95, de 7 de Novembro, com efeitos a partir da data do despacho, por urgente conveniência dos serviços.

As despesas têm cabimento na verba inscrita no Capítulo 1.º Divisão 3.ª Código 03.01.01.02 do Orçamento do Ministério da Saúde.

Ivanildo Leite de Melo, licenciado em Medicina, nomeado para provisoriamente exercer o cargo de Médico Geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 148/IV/95, de 7 de Novembro, com efeitos a partir da data do despacho, por urgente conveniência dos serviços.

Maria José Zego dos Santos, licenciado em Medicina, nomeado para provisoriamente exercer o cargo de Médico Geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 148/IV/95, de 7 de Novembro, com efeitos a partir da data do despacho, por urgente conveniência dos serviços.

Alícia Ramos Rodrigues, licenciada em Medicina, nomeada para provisoriamente exercer o cargo de Médico Geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 148/IV/95, de 7 de Novembro, com efeitos a partir da data do despacho, por urgente conveniência dos serviços.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 22 de Maio de 2006).

As despesas têm cabimento na verba inscrita no Capítulo 1.º Divisão 3.ª Código 03.01.04.02 do Orçamento do Ministério da Saúde.

Anne Clotilde Varela Pina Cardoso, licenciada em Medicina, nomeada por urgente conveniência de serviço, para provisoriamente exercer o cargo de Médico Geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 148/IV/95, de 7 de Novembro, e artigo 8.º alínea a) do Decreto-Lei n.º 46/89, de 29 de Junho, com efeitos a partir da data do despacho.

Antónia Maria Silva de Oliveira Santos, licenciada em Medicina, nomeada por urgente conveniência de serviço, para provisoriamente exercer o cargo de Médico Geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 148/IV/95, de 7 de Novembro, e artigo 8.º alínea a) do Decreto-Lei n.º 46/89, de 29 de Junho, com efeitos a partir da data do despacho.

Cesaltina Soares Moniz, licenciada em Medicina, nomeada por urgente conveniência de serviço, para provisoriamente exercer o cargo de Médico Geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 148/IV/95, de 7 de Novembro, e artigo 8.º alínea a) do Decreto-Lei n.º 46/89, de 29 de Junho, com efeitos a partir da data do despacho.

Cibelle Freitas Pinto Lima, licenciada em Medicina, nomeada por urgente conveniência de serviço, para provisoriamente exercer o cargo de Médico Geral, escalão IV, índice 100, do quadro da

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 148/IV/95, de 7 de Novembro, e artigo 8.º alínea a) do Decreto-Lei n.º 46/89, de 29 de Junho, com efeitos a partir da data do despacho.

Dália Maíra Pereira Rodrigues Monteiro, licenciada em Medicina, nomeada por urgente conveniência de serviço, para provisoriamente exercer o cargo de Médico Geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 148/IV/95, de 7 de Novembro, e artigo 8.º alínea a) do Decreto-Lei n.º 46/89, de 29 de Junho, com efeitos a partir da data do despacho.

Diva Helena Tavares Borges, licenciada em Medicina, nomeada por urgente conveniência de serviço, para provisoriamente exercer o cargo de Médico Geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 148/IV/95, de 7 de Novembro, e artigo 8.º alínea a) do Decreto-Lei n.º 46/89, de 29 de Junho, com efeitos a partir da data do despacho.

Divaldo Monteiro de Melo Santos, licenciado em Medicina, nomeado por urgente conveniência de serviço, para provisoriamente exercer o cargo de Médico Geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 148/IV/95, de 7 de Novembro, e artigo 8.º alínea a) do Decreto-Lei n.º 46/89, de 29 de Junho, com efeitos a partir da data do despacho.

Elisângela Varela Tavares, licenciada em Medicina, nomeada por urgente conveniência de serviço, para provisoriamente exercer o cargo de Médico Geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 148/IV/95, de 7 de Novembro, e artigo 8.º alínea a) do Decreto-Lei n.º 46/89, de 29 de Junho, com efeitos a partir da data do despacho.

Elsy Helena Mendes Cardoso, licenciada em Medicina, nomeada por urgente conveniência de serviço, para provisoriamente exercer o cargo de Médico Geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 148/IV/95, de 7 de Novembro, e artigo 8.º alínea a) do Decreto-Lei n.º 46/89, de 29 de Junho, com efeitos a partir da data do despacho.

Gilandira Ivanda da Costa Soares, licenciada em Medicina, nomeada por urgente conveniência de serviço, para provisoriamente exercer o cargo de Médico Geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 148/IV/95, de 7 de Novembro, e artigo 8.º alínea a) do Decreto-Lei n.º 46/89, de 29 de Junho, com efeitos a partir da data do despacho.

Izidro Amândio Monteiro dos Reis Borges, licenciado em Medicina, nomeado por urgente conveniência de serviço, para provisoriamente exercer o cargo de Médico Geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 148/IV/95, de 7 de Novembro, e artigo 8.º alínea a) do Decreto-Lei n.º 46/89, de 29 de Junho, com efeitos a partir da data do despacho.

Júlia Monteiro dos Santos, licenciada em Medicina, nomeada por urgente conveniência de serviço, para provisoriamente exercer o cargo de Médico Geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 148/IV/95, de 7 de Novembro, e artigo 8.º alínea *a*) do Decreto-Lei n.º 46/89, de 29 de Junho, com efeitos a partir da data do despacho.

Murtala Mohamed Pires Queita, licenciado em Medicina, nomeado por urgente conveniência de serviço, para provisoriamente exercer o cargo de Médico Geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 148/IV/95, de 7 de Novembro, e artigo 8.º alínea *a*) do Decreto-Lei n.º 46/89, de 29 de Junho, com efeitos a partir da data do despacho.

Liziana Sofia da Silva Barros, licenciada em Medicina, nomeada por urgente conveniência de serviço, para provisoriamente exercer o cargo de Médico Geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 148/IV/95, de 7 de Novembro, e artigo 8.º alínea *a*) do Decreto-Lei n.º 46/89, de 29 de Junho, com efeitos a partir da data do despacho.

Luís Pedro Correia Monteiro, Licenciado em Medicina, nomeado por urgente conveniência de serviço, para provisoriamente exercer o cargo de Médico Geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 148/IV/95, de 7 de Novembro, e artigo 8.º alínea *a*) do Decreto-Lei n.º 46/89, de 29 de Junho, com efeitos a partir da data do despacho.

Nilton Claudio de Oliveira Santos Correia Pinto, licenciado em Medicina, nomeado por urgente conveniência de serviço, para provisoriamente exercer o cargo de Médico Geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 148/IV/95, de 7 de Novembro, e artigo 8.º alínea *a*) do Decreto-Lei n.º 46/89, de 29 de Junho, com efeitos a partir da data do despacho.

Jailson Monteiro de Freitas Pinto Cid, Licenciado em Medicina, nomeado por urgente conveniência de serviço, para provisoriamente exercer o cargo de Médico Geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 148/IV/95, de 7 de Novembro, e artigo 8.º alínea *a*) do Decreto-Lei n.º 46/89, de 29 de Junho, com efeitos a partir da data do despacho.

João Eduardo Xavier Vieira, licenciado em Medicina, nomeado por urgente conveniência de serviço, para provisoriamente exercer o cargo de Médico Geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 148/IV/95, de 7 de Novembro, e artigo 8.º alínea *a*) do Decreto-Lei n.º 46/89, de 29 de Junho, com efeitos a partir da data do despacho.

Samira Ineida Morais Gomes, licenciada em Medicina, nomeada por urgente conveniência de serviço, para provisoriamente exercer o cargo de Médico Geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1

do artigo 26.º da Lei n.º 148/IV/95, de 7 de Novembro, e artigo 8.º alínea *a*) do Decreto-Lei n.º 46/89, de 29 de Junho, com efeitos a partir da data do despacho.

As despesas têm cabimento na verba inscrita no Capítulo 1.º Divisão 3.ª Código 03.01.01.02 do Orçamento do Ministério da Saúde. – (Visados pelo Tribunal de Contas em 16 de Maio de 2006).

De 11 de Maio de 2006:

João Maria Paulo da Luz, médico geral, escalão II, índice 115, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, transferido para a Delegacia de Saúde da Ribeira Grande, onde passará a exercer as suas funções.

De 15:

Evandra Sá Nogueira Rodrigues Silva, enfermeira geral, escalão IV, índice 110, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, punida com a pena de suspensão, graduada em 60 (sessenta) dias, ao abrigo do disposto no artigo 26º alínea *m*), conjugado com o estabelecido no artigo 14º nº 1 alínea *c*) e no artigo 16º nº 4 alínea *a*), todos do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública, aprovado pela Lei nº 31/III/87, de 31 de Dezembro, revista pelo Decreto-Legislativo nº 8/97, de 8 de Maio.

São colocados nas estruturas a seguir indicadas os enfermeiros recém-graduados em obstetrícia, com efeitos a partir da data da publicação do presente despacho:

1. Delegada de Saúde do Paul

Maria do Livramento Monteiro, enfermeira geral escalão IV, índice 110.

2. Delegada de Saúde do Porto Novo

Iolanda Maria de Fátima Delgado, enfermeira geral, escalão II, índice 120.

3. Delegada de Saúde de São Nicolau

3.1. Centro de Saúde da Ribeira Brava

Célia Tavares Martins, enfermeira geral, escalão IV índice 110.

3.2. Centro de Saúde de Tarrafal

Maria Cristina Lopes Correia, enfermeira geral, escalão IV, índice 110.

4. Delegada de Saúde do Sal

Maria Ascensão Sequeira Gomes Pina, enfermeira geral, escalão V, índice 100

5. Delegada de Saúde da Boavista

Domitilia Lima Spencer, enfermeira geral, escalão V, índice 100.

6. Delegacia de Saúde do Maio

Maria José Monteiro Soares, enfermeira geral, escalão V, índice 100.

7. Delegacia de Saúde da Praia

7.1 - Centro de Saúde de Cidade Velha

Orlando Jorge Moreno Sanches Cabral, enfermeiro geral, escalão V, índice 100.

8. Delegacia de Saúde de São Domingos

Maria Antonieta Pinto, enfermeira geral, escalão IV, índice 110.

9. Delegacia de Saúde de Santa Cruz

9.1 - Centro de Saúde de Santa Cruz

Lucilia Benilde Tavares Semedo, enfermeira geral, escalão II, índice 120

9.2 - Centro de Saúde dos Órgãos

José Belmiro Sanches Tavares, enfermeiro geral, escalão IV, índice 110.

10. Delegacia de Saúde de Calheta

José Gomes Cardoso, enfermeiro geral, escalão V, índice 100.

11. Delegacia de Saúde de Tarrafal

Lourenço Silva Lopes, enfermeiro geral, escalão IV, índice 110

12. Delegacia de Saúde de Santa Catarina

12.1 - Hospital Regional

Domingos Almada Borges, enfermeiro geral, escalão IV, índice 110.

12.2 - Centro de Saúde dos Picos

Maria do Rosário T. Varela, enfermeira geral, escalão V, índice 100.

13. Delegacia de Saúde de São Filipe

13.1 - Hospital Regional

Maria de Lourdes Pires Pina Lopes, enfermeira geral, escalão IV, índice 110.

13.2 - Centro de Saúde de Santa Catarina

Simão Aqueleu Lopes Costa, enfermeiro geral, escalão V, índice 100.

14. Delegacia de Saúde dos Mosteiros

Maria de Fátima Miranda S. de Carvalho, enfermeira geral, escalão IV, índice 110.

15. Delegacia de Saúde da Brava

Edna Maria Silva Campinha, enfermeira geral, escalão IV, índice 110.

16. Delegacia de Saúde da Ribeira Grande

Cartos Alberto Dias Lopes, enfermeiro geral, escalão V, índice 100.

17. Hospital Dr. Agostinho Neto

Hermínia Encarnação L. G. T. Cabral, enfermeira geral, escalão II, índice 120.

Leonilde Vieira Cardoso, enfermeira geral, escalão V, índice 100.

Rita Maria Andrade Lopes, enfermeira geral, escalão IV, índice 110.

18. Hospital Dr. Baptista de Sousa

Ana Mafalda Lopes Semedo Borges, enfermeira geral, escalão II, índice 120.

Maria Luisa Barbosa Correia Teixeira, enfermeira geral, escalão IV, índice 110.

Maria da Luz Medina da Cruz, enfermeira geral, escalão II, índice 120.

Despachos do Director do Hospital “Dr. Baptista de Sousa”, por delegação de S. Ex^a o Ministro de Estado e da Saúde:

De 28 de Abril de 2006:

Arlindo Nascimento do Rosário, médico assistente, escalão IV, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 26 de Abril de 2006, que é do seguinte teor:

«Apresentado após o regresso de Portugal»

De 15 de Maio:

Zenaida Maria Lima Lopes, escriturária dactilógrafo, referência 2, escalão B, do quadro privativo do Hospital “Dr. Baptista de Sousa”, em situação de licença sem vencimento de longa duração – prorrogada a respectiva licença, pelo período de mais 1 (um) ano, com efeitos a partir do dia 15 de Junho de 2006.

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, na Praia, aos 24 de Maio de 2006. – O Director-Geral, *Mateus Monteiro Silva*.

—oço—

**MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO
INTERNA**

**Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento
e Gestão**

Despacho de S. Ex^a o Ministro da Administração Interna:

De 23 de Setembro de 2005:

Joana Maria Costa, nomeada para o cargo Agente de 2^a Classe da Polícia Nacional, nos termos dos artigos 3^o e seguintes da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com os artigos 15^o e seguintes do Estatuto de Pessoal da Polícia de Ordem Pública.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no Capítulo 13^o, Código 03.01.01.02, Divisão X, do orçamento vigente do Comando-Geral da Polícia de Ordem Pública. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 14 de Junho de 2005).

Despacho de S. Ex^a Comandante-Geral da Policia de Ordem Publica:

De 5 de Maio de 2006:

Ruth Felícia Mendes Teixeira, assistente administrativo do quadro do pessoal não policial da Polícia Nacional, concedida licença sem vencimento de longa duração, nos termos do artigo 47^o do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 1 Dezembro 2005.

Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Administração Interna, na Praia, aos 22 de Abril de 2006. – O Director, *Elisio Vieira Mendes*.

Comando-Geral da Polícia de Ordem Pública

Despacho de S. Ex^a o Ministro da Administração Interna:

De 5 de Dezembro de 2005:

É aplicada a João de Deus Tavares Almeida, agente de 2^a classe do Polícia de Ordem Pública, a pena de demissão, nos termos do artigo 14^o e da alínea e), do n^o 1, artigo 26^o, conjugado com a alínea j) do n^o 2, do artigo 48^o, todos do Regulamento Disciplinar da Polícia de Ordem Pública, aprovado pelo Decreto-Legislativo n^o 144-B/92, de 24 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Legislativo n^o 6/98, de 16 de Novembro.

Comando-Geral da Polícia de Ordem Pública, na Praia, aos 28 de Dezembro de 2005. – O Director, *José Henrique Moreno Mendes*.

—ofo—

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E AGRICULTURA

Gabinete do Ministro

ALVARÁ 1/2006

No ano internacional de reflexão sobre as ameaças dos desertos e da desertificação e;

Com a conclusão das obras da primeira Barragem de Cabo Verde, situada em Poilão, na Ilha de Santiago;

O homem cabo-verdiano, na sua constante luta contra a pobreza, está em condições de desafiar com maior tenacidade as vulnerabilidades do seu meio ambiente, em prol da sustentabilidade do seu desenvolvimento económico e social.

Neste contexto, é de reconhecer o mérito da empresa GUANG DONG YUAN DA WATER CONSERVANCY AND HIDRO - POWER GROUP CO., LTD. da República Popular da China que, com o esforço e abnegação de todos os seus trabalhadores, se empenhou para que a Barragem de Poilão fosse construída de acordo com os parâmetros técnicos do projectista e em respeito aos prazos estabelecidos, apesar das dificuldades logísticas encontradas no início e de alguns imprevistos decorrentes de aleatoriedades de ordem geológica, fazendo com que essa obra seja hoje uma realidade em benefício do Povo Caboverdiano.

Assim,

Ao abrigo do disposto nas disposições combinadas dos artigos 1^o n^o 3, 4^o e 1^o n^o 2 do Decreto-Lei n^o 1/2005 de 10 de Janeiro:

É Galardoada, com a Menção Honrosa do 2^o Grau, a Empresa GUANG DONG YUAN DA WATER CONSERVANCY AND HIDRO – POWER GROUP CO., LTD.

Gabinete da Ministra do Ambiente e Agricultura, na Praia, aos 22 de Maio de 2006. – A Ministra, *Maria Madalena Brito Neves*.

—ofo—

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

Direcção dos Recursos Humanos

Despacho de S. Ex^a a Ministra da Educação e Ensino Superior:

De 14 de Novembro de 2005:

Carlos Alberto Silva Pires, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva da Delegação da Praia do Ministério da Educação e Ensino Superior, na situação

de licença sem vencimento de longa duração desde de Outubro de 2004, autorizado o regresso ao quadro de origem, por urgente conveniência, a partir de 1 de Outubro de 2005, nos termos do n^o 1 artigo 50^o do Decreto-Legislativo n^o 3/93, de 5 de Abril, conjugado com o n^o 2 do artigo 68^o do Decreto-Legislativo n^o 2/2004, de 29 de Março.

Despacho de S. Ex^a o Secretário de Estado da Educação:

De 8 de Maio de 2006:

Maria Elisabete Gomes Cardoso, professora do ensino primário, referência 3, escalão A, quadro transitório do pessoal da Delegação da Praia, na situação de licença sem vencimento de longa duração, desde 1 de Abril de 2004, prorrogada a referida licença, por mais 2 anos, com efeitos a partir 1 de Abril de 2006, em conformidade com os estipulados nos n^{os} 1, 2 e 3 do artigo 48^o do Decreto-Legislativo n^o 3193 de 5 de Abril.

RECTIFICAÇÕES

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n^o 16, II Série, de 26 de Abril de 2006 o despacho referente à progressão da funcionária da Delegação Escolar do Ministério da Educação e Ensino Superior de São Vicente, com efeitos a partir de Abril 2004, pelo que, de novo se publica na integra:

Delegação de São Vicente

Onde se lê:

... Adélia Maria Rocha Costa Neves Valentim Santos, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, para escalão B;

Deve-se ler-se:

... Adélia Rocha Costa Neves Valentim Santos, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, para escalão B.

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n^o 16, II Série, de 26 de Abril de 2006 o despacho referente à nomeação na carreira de pessoal docente do Ministério da Educação e Ensino Superior, pelo que, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

... Ana Olinda Delgado Ramos, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, Delegação Ministério da Educação e Ensino Superior – Praia;

... Alcinda Correia Moreno, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A Delegação Ministério da Educação e Ensino Superior – Praia;

... Neusa Duarte Rodrigues, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A Delegação Ministério da Educação e Ensino Superior – São Nicolau.

Deve ler-se:

... Ana Olinda Delgado Ramos, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, Delegação Ministério da Educação e Ensino Superior – São Vicente.

... Alcinda Correia Moreno, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, Delegação Ministério da Educação e Ensino Superior – São Vicente

... Neusa Duarte Rodrigues, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, Delegação Ministério da Educação e Ensino Superior – São Vicente.

Direcção dos Recursos Humanos do Ministério da Educação e Ensino Superior, na Praia, aos 11 de Maio de 2006. – O Director, *Ulisses Monteiro*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção de Administração

Despacho de S. Ex^a o Ministro das Finanças e Administração Pública:

De 20 de Dezembro de 2005:

Elias Fonseca dos Reis Monteiro, contratado em regime de trabalho a termo para exercer as funções de condutor referência 2, escalão A, na Direcção de Administração do Ministério das Finanças e Administração Pública nos termos do nº 1 alínea d) e o nº 3 do artigo 240 da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

O referido contrato é válido por um período de um ano a contar da data da sua publicação no *Boletim Oficial*, renovável caso não for denunciado pelas partes.

A despesa tem cabimento no código 3.01.01.02 do quadro do pessoal contratado do Ministério das Finanças e Administração Pública. – (Visado pelo Tribunal de contas, em 17 de Maio de 2006).

COMUNICADO

Para os devidos efeitos, comunicamos que faleceu no passado dia 16 de Maio de 2006, Fernando Quintino Neves, reverificador do quadro técnico aduaneiro da Alfândega do Mindelo.

RECTIFICAÇÃO

Convindo rectificar os erros ocorridos aquando da publicação no *Boletim Oficial* nº 17, II Série de 3 de Maio de 2006, da rectificação do extracto do despacho da S. Ex^a Ministro das Finanças e Planeamento, de 27 de Outubro de 2005, relativo as promoções do pessoal do Ministério das Finanças e Planeamento, publica novamente nas partes concernentes:

Direcção-Geral das Alfândegas:

- Maria José dos Reis Frederico, assistente administrativo referência 6, escalão D, para oficial administrativo referência 8, escalão B;
- Maria de Lourdes Vieira Varela, assistente administrativo referência 6, escalão D, para oficial administrativo, referência 8, escalão B;
- Rosa Maria Fortes, assistente administrativo referência 6, escalão D, para oficial administrativo referência 8, escalão B;
- Maria Teresa dos Santos Ferreira, assistente administrativo, referência 6, escalão D, para oficial administrativo referência 8, escalão B.

Direcção-Geral das Contribuições e Impostos:

- José Paulino Fonseca Modesto, Inspector Tributário, referência 14, escalão E, para Inspector Tributário superior referência 15, escalão E;
- José Maria Tavares Monso, Inspector Tributário, referência 14, escalão C, para Inspector Tributário superior referência 15, escalão C;

- Gisela Augusta Ramos S. Almeida, Inspectora Tributária, referência 14, escalão C, para inspectora tributária superior referência 15, escalão C;
- Maria Socorro do Canto, Inspectora Tributária, referência 14, escalão C, para inspectora tributária superior, referência 15, escalão C;
- Celina Maria Nascimento Lizardo, Inspectora Tributária, referência 14, escalão B, para Inspectora Tributária Superior, referência 15, escalão B;
- Maria José Delgado de Jesus, Inspectora Tributária, referência 14, escalão B, para inspectora tributária superior, referência 15, escalão B;
- Irlando Teixeira Dias, secretário de finanças, referência 8, escalão F, para técnico adjunto verificador tributário, referência 9, escalão F,
- Adelaide de Carvalho Sena, secretária de finanças, referência 8, escalão F, para técnica adjunto verificadora tributária, referência 9, escalão F;
- Eurico Brito Lopes da Silva, secretário de finanças, referência 8, escalão E, para técnico adjunto verificador tributário, referência 9, escalão E;
- Maria de Fátima S. Marques Santos, secretária de finanças, referência 8, escalão E, para técnica adjunto verificadora tributária, referência 9, escalão E;
- Carlos da Silva Andrade, secretário de finanças, referência 8, escalão E, para técnico adjunto verificador tributário, referência 9, escalão E;
- Licínio de Jesus Andrade, secretário de finanças, referência 8, escalão E, para técnico adjunto verificador tributário referência 9, escalão E;
- Jorge Eduardo Pires Monteiro, secretário de finanças, referência 8, escalão E, para técnico adjunto verificador tributário, referência 9, escalão E;
- Elias Correia Furtado, secretário de finanças, referência 8, escalão E, para técnico adjunto verificador tributário, referência 9, escalão E;
- Gilda Maria Pires Vera Cruz Pinto, secretária de finanças, referência 8, escalão E, para técnica adjunto verificadora tributária, referência 9, escalão E;
- Merculina Lima Ramos Quintino, secretária de finanças, referência 8, escalão E, para técnica adjunto verificadora tributária, referência 9, escalão E;
- Bento Antão Lima Oliveira, secretário de finanças, referência 8, escalão E, para técnico adjunto verificador tributário, referência 9, escalão E;
- Lucinda Morais Cardoso, secretária de finanças, referência 8, escalão D, para técnica adjunto verificadora tributária, referência 9, escalão D;
- Orlanda Barros Ramos Moreira, secretária de finanças, referência 8, escalão D, para técnico adjunto verificadora tributária, referência 9, escalão D;
- Cláudio Nelson Moreno Barbosa, secretária de finanças, referência 8, escalão D, para técnico adjunto verificador tributário, referência 9, escalão D;

- Maria da Graça dos Santos Lima, secretária de finanças, referência 8, escalão D, para técnica adjunto verificadora tributária, referência 9, escalão D;
 - Graciano Fernandes dos Reis, secretário de finanças, referência 8, escalão D, para técnico adjunto de verificadora tributária, referência 9, escalão D;
 - Hironidina Santos do Rosário, secretária de finanças, referência 8, escalão D, para técnica adjunto verificador tributário, referência 9, escalão D;
 - José Manuel Agues Ribeiro, secretário de finanças, referência 8, escalão D, para técnico adjunto verificador tributário referência 9, escalão D;
 - José Lourenço do Rosário Lopes, secretário de finanças, referência 8, escalão D, para técnico adjunto verificador tributário, referência 9, escalão D;
 - João Francisco Vaz L. Tavares, secretário de finanças, referência 8, escalão D, para técnico adjunto verificador tributário, referência 9, escalão D;
 - Maria Fernanda Monteiro, secretária de finanças, referência 8, escalão D, para técnica adjunto verificadora tributária, referência 9, escalão D;
 - António Aureliano T. Rodrigues, secretário de finanças, referência 8, escalão D, para técnico adjunto verificador tributário, referência 9, escalão D;
 - Cecílio Tavares da S. Fernandes, secretário de finanças, referência 8, escalão D, para técnico adjunto verificador tributário, referência 9, escalão D;
- Maria Celeste do C. M. Delgado, secretária de finanças, referência 8, escalão D, para técnica adjunto verificadora tributária, referência 9, escalão D;
- Joanita Gertrudes Neves, secretária de finanças referência 8, escalão D, para técnica adjunto verificadora tributária, referência 9, escalão D;
 - Maria Rita A Rendall Neves, secretária de finanças, referência 8, escalão D, para técnica adjunto verificadora tributária, referência 9, escalão D;
 - Jorge Valadas de C. Sena, secretário de finanças, referência 8, escalão D, para técnico adjunto verificador tributária referência escalão D;
 - Alexandrina Silva Fortes Abade, secretária de finanças, referência 8, escalão C, para técnica adjunto verificadora tributária, referência 9, escalão C;
 - Regaldina Ascensão D. Semedo, secretária de finanças, referência 8, escalão D, para técnica adjunto verificadora tributária referência 9, escalão D;
 - Maria Ivone Gomes Semedo, secretária de finanças, referência 8, escalão C, para técnica adjunto verificadora tributária, referência 9, escalão C;
 - Maria Amália Lopes Furtado, secretária de finanças, referência 8, escalão C, para técnica adjunto verificadora tributária, referência 9, escalão C;
 - Aulé Tambá, secretária de finanças, referência 8, escalão C, para técnica adjunto verificadora tributária referência 9, escalão C;
 - Arlindo Cabral Fernandes, secretário de finanças, referência 8, escalão C, para técnico adjunto verificador tributária referência 9, escalão C;

- Maria de Lourdes Delgado Barros, secretária de finanças, referência 8, escalão C, para técnica adjunto verificadora tributária, referência 9, escalão C.

Direcção Geral do Tesouro:

- Osval Rocha Romão, técnico superior de Finanças, referência 14, escalão C para técnico superior de Finanças de primeira, referência 15, escalão C.
- Elizabeth Fantaw C. Semedo, técnica adjunto de Finanças, referência 11, escalão E, para técnica de Finanças, referência 12, escalão E.
- Fernanda Maria da Graça Soares, técnica adjunto de Finanças, referência 11, escalão D, para Técnica de Finanças referência 12, escalão D
- Maria de Fátima Santos Lopes, técnica adjunto de Finanças, referência 11, escalão C para técnica de Finanças, referência 12, escalão C.

Gabinete de Estudos:

- Albertina Rocha Costa, em comissão de serviço como Directora de Administração do Ministério das Finanças e Planeamento, técnica superior de Finanças, referência 14, escalão C, para técnica superior de Finanças de primeira, referência 15, escalão C.
- Vera Helena Pires Almeida, técnica superior de Finanças, referência 14, escalão C, para técnica superior de Finanças de primeira, referência 15, escalão C.
- Ângelo Alberto Lopes Barbosa, técnico superior de Finanças, referência 14, escalão B, para técnico superior de Finanças de primeira, referência 15, escalão B.

Direcção-Geral do Património do Estado:

- Brigitte Appoline C. Soumah, técnica superior de Finanças, referência 14, escalão C, para técnica superior de Finanças de primeira, referência 15, escalão C.
- Marcelino de Lourdes O. Tavares, técnico auxiliar de Finanças, referência 6, escalão D, para técnico auxiliar de Finanças, referência 7, escalão D

Comando da Guarda Fiscal:

- Carlos Tavares, agente de 2ª classe, referência 2 escalão C, para agente de 1ª classe, referência 2 escalão C.

Direcção de Administração do Ministério das Finanças e Administração Pública, na Praia, aos 18 de Maio de 2006. – A Directora de Administração, *Albertina Rocha Costa*.

—oço—

MUNICÍPIO DA BOA VISTA

Câmara Municipal

DELIBERAÇÃO

De 3 de Fevereiro de 2006

São contratados por contrato de trabalho a termo para prestar serviços à Câmara Municipal da Boa Vista como Fiscais referência 5 escalão A, nos termos do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93 de 31 de Dezembro:

- Gilson Ricardo Barros Lima Santos;
- Erineu Valdemiro Morais Tomar;
- Lady Ima Barros Ascensão;
- Anorina da Cruz Lima;
- Lisandro Ramos Santos;
- Zé Euclides Santos Rocha;
- Oceano Pereira Lima Monteiro.

A despesa tem cabimento no Capítulo 2º, artigo 13º nº 2, do orçamento Municipal para o ano de 2006. - (Visado pelo Tribunal de Contas em 4 de Maio de 2006).

Câmara Municipal da Boa Vista, aos 24 de Maio de 2006. - A Secretária Municipal, *Maria Antónia Neves Silva Lima Rodrigues*.

—oço—

MUNICÍPIO DA PRAIA

Câmara Municipal

DELIBERAÇÃO

De 24 de Fevereiro de 2006

Elisandro de Pina Coelho, nomeado, provisoriamente, para exercer o cargo de Técnico Profissional de 2º nível referência 7 escalão A, nos termos do nº 1 do artigo 34º do Decreto-Lei nº 86/92 de 16 de Julho, conjugado com o nº 1 do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93 de 31 de Dezembro.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 06, art. 01, grupo 01 do orçamento vigente. - (Visado pelo Tribunal de Contas a 27 de Abril de 2006)

Câmara Municipal da Praia, aos 3 de Maio de 2006. - O Secretário Municipal, *Euclides Tavares Centeio Barbosa*.

—oço—

MUNICÍPIO DA RIBEIRA BRAVA

Câmara Municipal

DELIBERAÇÃO Nº 21/RB/2005

De 31 de Maio de 2006

Apreciada a proposta da Secretaria-Geral para a transferência de verbas dentro do Orçamento Municipal de 2005, a Câmara Municipal da Ribeira Brava reunida na sua sessão ordinária do dia 21 de Dezembro de 2005, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada no valor de 15.441.263\$ (quinze milhões quatrocentos e quarenta e um mil duzentos e sessenta e três escudos), subscrita pelo Secretário Municipal, conforme o quadro em anexo, que passa a fazer parte integrante desta deliberação.

MAPA DAS TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS

Do:

Cap.	Art.	N.º	AL	Designação	Importância
1º				ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
1º	5º	8		Serviço Especializados	87.000,00
				SOMA:	87.000,00
2º				GABINETE DO PRESIDENTE CÂMARA	
2º	7º	1		Pessoal do Quadro Especial	2.271.600,0
	7º	4		Senhas de Presença	70.000,0
	7º	5		Telefones Individuais	100.000,0
	9º	1		Encargos Previsionais com o pessoal	100.000,0
	10º	1		Combustíveis e lubrificantes	100.000,0
	10º	2		Conservação e Manutenção	100.000,0
	10º	1		Material Honorifico de Representação	120.000,0
				SOMA:	2.861.500,0
3º				GABINETE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO	
3º	11º	1		Pessoal do Quadro Especial	970.000,0
	12º	1		Horas Extraordinárias	40.000,0
	13º	1		Encargos com Saúde	20.000,0
	14º	2		Encargos Previsionais com o Pessoal	150.000,0
	15º	2		Deslocações	120.000,0
	15º	2		Comunicações	50.000,0
	16º	1		Maquinaria e Equipamento Básico	800.000,0
	16º	2		Ferramentas e Utensílios	90.000,0
	16º	3		Outros Investimentos Corpóreos	90.000,0
				SOMA:	1.830.000,0
4º				SECRETARIA-GERAL	
4º	17º	1		Pessoal do Quadro Especial	1.000.000,0
	19º	3		Contribuições para Segurança Social	450.000,0
	20º	3		Encargos Previsionais com o Pessoal	150.000,0
	22º	4		Conservação e Manutenção	150.000,0
	22º	13		Livros Documentação Técnica	60.000,0
				SOMA:	1.810.000,0
5º				GABINETE TÉCNICO	
5º	26º	1		Pessoal do Quadro Especial	1.500.000,0
	28º	2		Encargos Previsionais	150.000,0
	30º	2		Conservação e Manutenção	150.000,0
	30º	6		Honorários	80.000,0
	31º	4	c)	Infra Estruturas Comunitárias	682.768,0
	31º	4	d)	Recinto Desportivo	1.800.000,0
	31º	4	f)	Electrificação Rural	180.000,0
	31º	4	h)	Habitacões	200.000,0
				SOMA:	4.722.783,0

Cap.	Art.	N.º	AL	Designação	Importância
6º				DELEGACÕES MUNICIPAIS	
6º	33º	1		Pessoal do Quadro Especial	240.000,0
	34º	2		Material de Secretaria	40.000,0
	35º	3		Combustíveis e Lubrificantes	120.000,0
	35º	6		Rendas e Alugueres	230.000,0
				SOMA:	630.000,0
7º				DESPESAS COMUNS	
7º	36º	1		Datação de Reservas	1.500.000,0
	36º	2		Despesas de Anos Económicos Findos	2.000.000,0
				SOMA:	3.500.000,0
				TOTAL GERAL:	15.441.283,0

PARA:

Cap.	Art.	N.º	AL	Designação	Importância
1º				ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
1º	5º	2		Conservação e Manutenção	2.000,0
	5º	3		Consumo de Secretaria	16.000,0
	5º	6		Comunicações	20.000,0
				SOMA:	37.000,0
2º				GABINETE DO PRESIDENTE	
2º	8º	2		Subsídio de Isenção de Horário	100,0
	10	3		Consumo de Secretaria	10.000,0
	10º	4		Comunicações	872.000,0
	10º	6		Deslocações	800.000,0
				SOMA:	1.182.100,0
4º				SECRETARIA-GERAL	
4º	17º	2		Pessoal do Quadro	242.000,0
	17º	3		Pessoal Contratado	800.000,0
	18º	1		Abono para Falhas	7.300,0
	18º	3		Alimentação e Alojamento	100.000,0
	19º	1		Encargos cem a Saúde	160.000,0
	22º	1		Água	230.000,0
	22º	2		Electricidade	300.000,0
	22º	6		Publicidade Propaganda	350.000,0
	22º	8		Representação	387.900,0
	22º	9		Comunicações	650.000,0
	22º	10		Seguro Material	265.000,0
	22º	12		Transporte	25.100,0
	22º	14		Deslocações	50.000,0
	22º	16		Honorários	615.000,0
	22º	17		Contencioso e Notariado	75.000,0
	23º	2	a)	Actividades Educativas	460.000,0
	23º	2	b)	Outros Actividades n/Especificadas	250.000,0
	24º	1		Restituições	486.968,0
	24º	2		Outras Despesas Diversas Correntes	700.000,0
				SOMA:	6.134.263,0

Cap.	Art.	N.º	AL	Designação	Importância
5º				GABINETE TÉCNICO	
6º	26º	2		Pessoal do Quadro	90.900,0
	26º	3		Pessoal	4.300.000,0
	27º	1		Horas Extraordinárias	70.000,0
	27º	2		Alimentação e Alojamento	200.000,0
	28º	1		Vestuários e artigos Pessoais	250.000,0
	30º	2		Consumo de Secretaria	50.000,0
	30º	4		Serviços Especializados	62.000,0
	31º	1		Maquinaria e equipamentos Básico	65.000,0
	31º	4	a)	Terrenos e Recursos Naturais	310.000,0
	31º	4	b)	Manutenção das Estradas e Caminhos Vicinais	126.000,0
	31º	4	e)	Equipamento de Carga e Transporte	1.880.000,0
	31º	4	g)	Maquinaria e Equipamento Básico	150.000,0
	31º	4	h)	Manutenção de Edifícios Municipais	400.000,0
				SOMA:	7.952.900,0
6º				DELEGAÇÕES MUNICIPAIS	
6º	35º	7		Comunicações	135.000,0
				SOMA:	135.000,0
				TOTAL GERA:	15.441.263,0

Câmara Municipal da Ribeira Brava, aos 21 de Dezembro de 2005. – O Presidente, *Amílcar Spencer Lopes*.

—oço—

MUNICÍPIO DA RIBEIRA GRANDE

Câmara Municipal

RECTIFICAÇÕES

Por ter sido publicado de forma inexacta, no *Boletim Oficial* nº 14, II Série, de 12 de Abril de 2006, o Despacho de S. Exª o Vereador pela área dos Recursos Humanos, referente a progressão de funcionários, rectifica-se na parte que interessa:

Onde se lê:

Adelaide Margarida Delgado, referência 1, escalão E, para F;

Deve-se ler:

Adelaide Margarida Delgado, referência 1, escalão G, para H;

Por ter sido publicado de forma inexacta, no *Boletim Oficial* nº 14, II Série, de 12 de Abril de 2006, o Despacho de S. Ex^a o Vereador pela área dos Recursos Humanos, referente a progressão de funcionários, rectifica-se na parte que interessa:

Onde se lê:

... Manuel Capistiano Durilde Gomes, referência 1, escalão E, para F;

... Neusa Maria Gomes Rodrigues, referência 11, escalão A, para B;

... Pedro Nascimento Fernandes, referência 13, escalão A, para 13;

... José da Virgem Adrião Lopes, referência 8, escalão B, para C;

Deve-se ler:

... Manuel Capistiano Durilde Gomes, referência 1, escalão F, para G;

... Neusa Maria Gomes Rodrigues, referência 11, escalão A, para D;

... Pedro Nascimento Monteiro Fernandes, referência 13, escalão A, para B;

... José da Virgem Adrião Lopes, referência 8, escalão B, para D.

Por ter sido publicado de forma inexacta, do *Boletim Oficial* nº 8, II Série, de 22 de Fevereiro de 2006, o Despacho de S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, referente a pensão de sobrevivência da Senhora Luísa Francisca Dias Fortes, viúva de António Nascimento Fortes, rectifica-se na parte que interessa:

Onde se lê:

... Despacho de S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal do Porto Novo

Deve-se ler:

... Despacho de S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande

Câmara Municipal da Ribeira Grande, aos 8 de Maio de 2006. – A Secretária Municipal, *Neusa Maria Gomes Rodrigues*.

—o—

MUNICIPIO DE SÃO VICENTE

Câmara Municipal

Despacho de S. Ex^a a Presidente da Câmara Municipal de São Vicente:

De 3 de Janeiro de 2006:

Crisolita Fortes Fonseca, técnico superior, referência 13, escalão A, em regime de contrato administrativo de provimento, rescindiu o respectivo contrato, a seu pedido, com efeitos a partir de 9 de Fevereiro de 2006.

DELIBERAÇÃO

De 23 de Fevereiro de 2006

Elisabete Freitas Pinto Xavier, técnica superior, referência 13, escalão A, do quadro deste Município, licenciada em Sociologia, nomeada para, nos termos do disposto no artigo 6º do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho, conjugado com o nº 1, artigo 39º, do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, exercer em comissão de serviço, o cargo de Directora dos Serviços dos Assuntos Sociais e Culturais, nível III, com efeitos a partir de 1 de Março de 2006;

Vera Lúcia Neves da Cruz Monteiro, técnica superior, referência 13, escalão A, do quadro deste Município, licenciada em Administração, nomeada para, nos termos do disposto no artigo 40º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Junho, conjugado com os artigos 1º e 6º do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho, exercer em comissão de serviço, o cargo de Chefe da Divisão de Cultura, Juventude, Desporto e Turismo, nível II, com efeitos a partir da data da sua publicação no *Boletim Oficial*;

Risolinda Marlene da Cruz Delgado Mendes, licenciada em sociologia, nomeada provisoriamente para, ao abrigo do disposto no artigo 13º, da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o artigo 28º, nº 2, alínea c), do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho (PCCS), e artigo 10º, nº 2, da Lei nº 53/VI/2005 de 3 de Janeiro, exercer o cargo de técnico superior, referência 13, escalão A, com efeitos a partir de 1 de Março de 2006.

Os encargos têm cabimento na dotação inscrita no código 3.01.01.02 do orçamento Municipal vigente. – (Visados pelo Tribunal de Contas a 18 de Abril de 2006).

De 5 de Maio

Nos termos do disposto no artigo 22º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, conjugado com o artigo 3º do Decreto-Regulamentar nº 13/93, de 30 de Agosto, progridem os funcionários e agentes do Município de São Vicente, a seguir discriminados:

– Celina de Oliveira Correia, assistente administrativo, referência 6, escalão A, progride para o escalão B;

– António Inocêncio Santos, bombeiro, referência 1, escalão C, progride para o escalão D (Tabela da POP);

– José Carlos Brito, bombeiro, referência 1, escalão B, progride para o escalão C (Tabela da POP);

– António Eusébio Fortes, condutor auto-pesado, referência 4, escalão B, progride para o escalão C;

– Anastácio Duarte dos Santos, fiscal, referência 5, escalão A, progride para o escalão B;

– Helena Maria Pereira Matos, técnico profissional 1º nível, referência 8, escalão E, progride para o escalão F;

– Hilário da Cruz Morais, técnico profissional 1º nível, referência 8, escalão C, progride para o escalão D;

– Dario Emanuel M. Morais Chantre, técnico profissional 2º nível, referência 7, escalão C, progride para o escalão D;

– Fernando Manuel Fortes do Rosário, técnico profissional 2º nível, referência 7, escalão B, progride para o escalão C;

Câmara Municipal de São Vicente, aos 9 de Maio de 2006. – O Secretário Municipal, *Avenino Pedro Chantre Lopes da Silva*.

FAÇA OS SEUS TRABALHOS GRAFICOS NA INCV

—oço—

NOVOS EQUIPAMENTOS NOVOS SERVIÇOS DESIGNER GRÁFICO AO SEU DISPOR



BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.

C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09

Email: incv@cvtelecom.cv

ASSINATURAS

	Para o país:		Para países estrangeiros:	
	Ano	Semestre	Ano	Semestre
I Série	8.386\$00	6.205\$00	I Série	11.237\$00 8.721\$00
II Série	5.770\$00	3.627\$00	II Série	7.913\$00 6.265\$00
III Série	4.731\$00	3.154\$00	III Série	6.309\$00 4.731\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página 15\$00

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página	8.386\$00
1/2 Página	4.193\$00
1/4 Página	1.677\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

PREÇO DESTES NÚMEROS — 180\$00